

Semana Nacional da Matrícula

Educação

O Ministério da Educação, em cooperação com os governos estaduais e prefeituras, está realizando, do dia 7 a 14, a Semana Nacional da Matrícula, esforço concentrado para garantir que o maior número possível de crianças ingresse ou se mantenha na escola este ano. De acordo com o censo de 1996, havia 2,7 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola, ou 9% da população nessa faixa etária. O MEC estima que esse número tenha caído para 1,8 milhão, em 1997. A meta do governo é matricular, nesta semana, entre 300 e 400 mil crianças, reduzindo para cerca de 1,5 milhão, ou 5% da faixa etária, o número de crianças fora da escola. Continuarão sendo muitas. Diminuir esse número requer uma abordagem que não é meramente quantitativa. Hoje, o problema maior enfrentado pelas crianças nem é a oferta de vagas, mas uma conjunção de fatores que envolve qualidade de vida e de ensino: a necessidade do trabalho infantil, a evasão e a repetência escolares. O presidente prometeu destinar R\$ 500 milhões da receita das concessões da banda B da telefonia celular para ajudar a custear o programa Toda Criança na Escola. Essa é uma exceção à política de empregar todo o dinheiro das privatizações na redução da dívida. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação também deverá

destinar recursos para o programa, que oferece ajuda complementar a Estados e municípios, nos esforços de aumentar o número de crianças no ensino fundamental (1.ª a 8.ª séries).

O MEC definiu como prioridades dois tipos de projeto: aceleração da aprendizagem e ampliação da rede física. O primeiro visa a atacar tanto a repetência quanto a evasão. De acordo com o MEC, 63% dos alunos do ensino fundamental têm idade superior à série em que deveriam estar. Os alunos levam em média 11,2 anos para cursar as oito séries desse grau. Esse é um forte fator de desestímulo à criança, ao adolescente e aos pais, que tendem a julgar que o esforço de manter os filhos na escola não compensa. A repetência, assim, se torna uma das principais causas da evasão. Em média, 15% dos alunos matriculados deixam a escola antes do final do ano letivo. O programa de aceleração de aprendizagem, que envolve a criação de classes especiais para alunos acima da idade, inclui recursos para a capacitação de professores e material didático. O MEC também financiará a ampliação, reforma e conclusão de prédios e equipamentos, nas redes estaduais e municipais, para atender às classes emergenciais formadas com as matrículas realizadas nesta semana.

O programa Toda Criança na Escola complementa o Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental, novo sistema de distribuição de verbas, baseado no número de matrículas nas redes estaduais e municipais. Ambos servem como estímulos para os municípios assumirem a sua tarefa de oferecer educação básica. A rede pública – estadual e municipal – responde maciçamente pela oferta de vagas para o ensino fundamental: 91,9%, enquanto as escolas privadas cobrem os restantes 8,1%. É do poder público que deve vir o esforço para aumentar o nível de escolaridade da população. Segundo dados de 1995, o homem brasileiro estuda, em média, 5,4 anos e a mulher, 5,7. Esses dados, combinados com o alto grau de repetência, resultam no baixo nível de educação, que compromete, cada vez mais, a capacidade do País de gerar riqueza e de competir no mercado internacional.

Ao lado dos problemas da qualidade do ensino, da repetência e da oferta de vagas, há ainda a questão do trabalho infantil, um problema socioeconômico que não será definitivamente eliminado sem o aumento da renda das famílias mais pobres, depen-

dendo, em última análise, do processo de desenvolvimento do País. O governo tem executado, numa escala ainda muito pequena, programas que associam a oferta de ajuda de custo às famílias à manutenção das crianças na escola, junto com um trabalho de fiscalização, para reprimir os casos mais aberrantes de exploração do trabalho infantil. Se será preciso fazer muito mais.

Programa do governo procura estimular, com destinação de verbas especiais, aumento de vagas

FE 1993
ESTADO DE SÃO PAULO

O País começa a criar as condições para reverter o déficit educacional que o castiga há gerações. O sistema de distribuição de verbas que está sendo montado pelo MEC tem o mérito de focalizar o problema, ao apontar os municípios como os gestores preferenciais do ensino fundamental, como, aliás, recomenda a Constituição. As prefeituras são a esfera política mais próxima dos cidadãos. A participação da comunidade, por intermédio de seus representantes nos conselhos municipais de educação, formados para acompanhar a gestão dos recursos, passa a ser decisiva. Assim como a atenção dos eleitores ao desempenho das autoridades municipais nesse que é o setor crucial para o desenvolvimento do Brasil.